



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140218PP00006
LICITAÇÃO Nº. PP00006/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Órgão Realizador do Certame:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
RUA GOVERNADOR DORGIVAL VILAR, 363 - CENTRO - TAPEROÁ - PB.
CEP: 58680-000 - Tel: (083) 3463-2924.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.749.525/0001-36, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro Oficial assessorado por sua Equipe de Apoio, as 14:00 horas do dia 10 de Março de 2014 no endereço acima indicado, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 00006/2014, tipo menor preço por item, tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº004/2009, de 12 de fevereiro de 2009, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, conforme as constantes do Termo de Referência que integra este edital (Anexo I).

2.0. DO LOCAL E DATA

2.1. Os envelopes contendo a documentação relativa à proposta de preços e a habilitação para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues ao Pregoeiro Oficial até as 14:00 horas do dia 10 de Março de 2014, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2. Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 11:30 horas.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

- 3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS;
- 3.1.2. ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- 3.1.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE LICITANTE;
- 3.1.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO SUPERVENIENTE À HABILITAÇÃO, E DA NÃO EXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE EXARADA POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL;
- 3.1.5. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
- 3.1.6. ANEXO VI – MODELO DE CARTA PROPOSTA E PLANILHA DE PREÇOS;
- 3.1.7. ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº004/2009, de 12 de Janeiro de 2009, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.



5.0. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Recursos Próprios do Município de Taperoá: 02.02 - GABINETE DO PREFEITO. 04.122.2001.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.08 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. 04.123.2003.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO. 3090.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 09.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA. 15.452.2010.2031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 12.361.1003.2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.361.1003.2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.361.1003.2037 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40%. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 11.00 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL. 08.244.1008.2026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.243.1008.2033 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 11.010 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 08.244.1008.2027 - CO-FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DO SUAS. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.244.1008.2028 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA-PAIF/CRAS/PBF. 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.244.1008.2029 - MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS E SERVIÇOS SOCIAIS - 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.243.1008.2044 - MANUT. DO SERV.DE CONVIVÊNCIA E FORTAL.DE VÍNC. P/ JOVENS DO PROJOVEM-ADOLESCENTE - 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.243.0016.2057 - MANUT. DO SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORT.DE VÍNCULOS P/ CRIANÇAS/ADOLESCENTE DO PETI - 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.244.1008.2045 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA-IGD. 3390.90 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.00-SECRETARIA DE SAÚDE. 10.301.0017.2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.122.0017.2059 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 10.301.1012.2024 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO SUS. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.301.1007.2025 - MANUTENÇÃO DO PSF. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.305.1012.2055 - MANUTENÇÃO DO ECD. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.304.1012.2056 - PROGRAMA DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.301.1012.2098 - PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA - PSE. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 13.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, CIÊNCIAS E TEC. E MEIO AMBIENTE. 20.122.1011.2035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO, constantes do quadro da Lei Orçamentária do ano de 2014, suplementadas se necessário.

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Os proponentes que desejarem participar deste certame deverão entregar ao Pregoeiro dois envelopes fechados indicando, respectivamente, PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTAÇÃO, devidamente identificados, acompanhados da respectiva declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.3. Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Proposta de Preços e Documentação via postal - com Aviso de Recebimento AR -, deverão remetê-los em tempo hábil ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, aos cuidados do Pregoeiro - HERICK FABRÍCIO LIMA TRAJANO. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.4. Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto ao Pregoeiro, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, ficará subentendido que o licitante abdicou da fase de lances verbais.

6.5. É vedada à participação em consórcio.

7.0. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS:

a) - Cópia dos documentos pessoais do representante da empresa licitante (apresentar originais para autenticação quando não autenticados por cartório competente);



- b) - Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social da empresa licitante (apresentar originais para autenticação quando não autenticados por cartório competente);
- c) - Instrumento público de procuração, ou por instrumento particular com firma reconhecida (caso o Representante não seja sócio da Empresa Licitante).
- d) - Declaração de enquadramento em regime de tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Anexo V (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).
- e) - Declaração da não ocorrência de fato impeditivo à sua habilitação, conforme Anexo IV;

7.1.1. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo - carteira de identidade ou outro documento equivalente.

7.1.2. Aberta a sessão, os interessados e seus representantes deverão estar devidamente credenciados por instrumento público de procuração, ou por instrumento particular com firma reconhecida, acompanhada de cópia do contrato social, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente; e, sendo sócio, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá também apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para direitos de assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

7.2. Caso a empresa interessada encaminhar os envelopes contendo proposta e documentos para habilitação pelo correio ou outro meio de comunicação e, não estar presente o representante munido de identificação no horário marcado para o credenciamento, esta empresa não será credenciada e os envelopes serão devolvidos ao seu remetente.

7.3. Instaurada a sessão, os licitantes, por intermédio de seus representantes devidamente credenciados, apresentarão declaração, separada de qualquer dos envelopes - Proposta de Preços e Documentação - dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo - Anexo III.

8.0. DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope 01)

8.1- A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexo, de forma clara e detalhada, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via, em papel timbrado da licitante ou na própria proposta da Prefeitura, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais;
- b) A razão social do licitante, o endereço completo, número de inscrição no CNPJ ou CPF, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos;
- c) Número do Edital do PREGÃO PRESENCIAL e do PROCESSO ADMINISTRATIVO;
- d) Especificação clara e completa do objeto oferecido sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;
- f) Prazo de entrega que não poderá ser superior a 07 (sete) dias a contar da assinatura do contrato que trata o item 15.0 deste edital, mediante necessidade da Administração e requerimento expedido por autoridade competente.
- g) Declaração expressa de estarem incluídos nos preços propostos todos os impostos, taxas e encargos devidos, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na entrega do objeto deste edital;
- h) O nome e a qualificação do preposto autorizado a firmar contrato, ou seja, nome completo, endereço, CPF, carteira de identidade, estado civil, nacionalidade e profissão, informado ainda qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);
- i) A proposta deverá ser apresentada dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

NOME PROPONENTE

ENDEREÇO E CNPJ/CPF DO PROPONENTE

PROPOSTA DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00006/2014

8.2 - Todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação, tais como: mão de obra, pessoal, transporte de pessoal, alimentação, hospedagem, Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias, Fiscais, Securitárias, frete e etc., correrão à custa exclusiva do proponente vencedor.

8.3- A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.4- Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5- A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

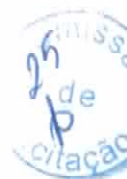
9.0. DA HABILITAÇÃO – DOCUMENTOS (Envelope 02)

9.1. Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

NOME PROPONENTE

ENDEREÇO E CNPJ/CPF DO PROPONENTE

DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00006/2014



O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

9.2. PESSOA JURÍDICA:

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ. Sendo o licitante devidamente cadastrados no ORC, a documentação exigida neste item poderá ser substituída pelo respectivo Certificado de Inscrição de Fornecedores e Prestadores de Serviços.

9.2.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, donde se comprovare o objeto social compatível com os serviços a serem CONTRATADOS e, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No caso de licitantes devidamente cadastrados no ORC, a documentação exigida neste item poderá ser substituída pelo respectivo Certificado de Inscrição de Fornecedores e Prestadores de Serviços.

9.2.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da Lei, assinados por profissional habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Empresas que ainda não encerraram o seu primeiro exercício social e, por conseguinte, não tem balanço patrimonial, poderão participar da presente licitação, devendo apresentar, para tanto, demonstrações contábeis constantes de: demonstração do resultado, demonstração de lucros e prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração das origens e aplicações de recursos, ficando isentas, portanto, de apresentar o demonstrativo contendo os respectivos índices financeiros, quando for o caso.

9.2.4. Regularidade para com a Fazenda Federal - certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

9.2.5. Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante ou outro equivalente na forma da Lei.

9.2.6. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social INSS-CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS-CRF, apresentando as correspondentes certidões fornecidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social e Caixa Econômica Federal, respectivamente.

9.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.8. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.9. Registro na ANP – Agência Nacional de Petróleo;

9.2.10: Certidão Negativa de Débito Ambiental – CNDA expedida pelo órgão de fiscalização e administração do Meio Ambiente responsável pela inscrição e cobrança de débitos ambientais no âmbito do Município de Taperoá-PB;

9.2.11. Declaração de regularidade e inexistência de fato impeditivo superveniente à habilitação, e da não existência de declaração de inidoneidade exarada por qualquer órgão da administração pública e do cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo – Anexo IV.

9.2.12. Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas.

9.3. Documentação específica:

9.3.1. Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente; feita mediante declaração expressa, assinada pelo responsável legal da empresa e por profissional da área contábil, devidamente habilitado.

9.4. Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou publicação

em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

9.5. A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério do pregoeiro os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso.



10.0. DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

- 10.1. Na seleção inicial das propostas para identificação de quais irão passar a fase de lances verbais e na classificação final, observadas as exigências e procedimentos definidos neste instrumento convocatório, será considerado o critério de menor preço apresentado para o correspondente item.
- 10.2. Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e às licitantes com propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, ou ainda, não havendo pelo menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, às autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4º da Lei Federal 10.520/02.
- 10.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 16, deste edital.
- 10.4. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço item.
- 10.5. O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.6. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada na própria sessão.
- 10.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo pregoeiro.
- 10.8. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências editalícias, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido no objeto deste edital.
- 10.9. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.
- 10.10. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.
- 10.11. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.
- 10.12. A desistência, pela licitante, de apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão daquela da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.13. Casos não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 10.14. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Artigo 44: Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a microempresa e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dês por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Artigo 45: Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio.



11.0. DA ORDEM DOS TRABALHOS

11.1. Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2. Declarada aberta à sessão pública pelo Pregoeiro, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3. O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada ao recebimento das propostas de preços.

11.5. O Pregoeiro receberá de cada representante os envelopes Proposta de Preços e Documentação e a declaração, separada de qualquer dos envelopes, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

11.6. Posteriormente abrirá os envelopes Propostas de Preços, rubricará o seu conteúdo juntamente com a sua Equipe de Apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências constantes no instrumento convocatório e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas.

11.7. Prosseguindo os trabalhos, o Pregoeiro analisará os documentos e as observações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, da classificação inicial, indicando a proposta de menor preço e aquelas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor valor, para cada item cotado. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião.

11.8. Não havendo para cada item licitado pelo menos três propostas nas condições acima definidas, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

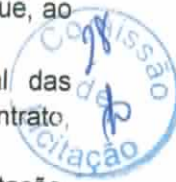
11.9. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes dos licitantes inicialmente classificados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se fizerem necessárias. Esta etapa poderá ser interrompida, marcando-se uma nova sessão pública para continuidade dos trabalhos, a critério do Pregoeiro.

11.10. Não serão aceitos lances com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado, e deverão ser efetuados em unidade monetária nacional. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante apenas da etapa de lances verbais para o correspondente item cotado e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de classificação final das propostas.

11.11. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.12. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação somente do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias. Constatado o atendimento pleno das exigências fixadas no instrumento convocatório, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item, objeto deste certame, após o transcurso da competente fase recursal, quando for o caso.

11.13. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as disposições do instrumento convocatório.



11.14. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e licitantes presentes.

11.15. Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.15.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.15.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.15.3. A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.0. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1. Havendo proposta com valor unitário manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado no Anexo I - Termo de Referência - na coluna código.

13.0. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o disposto no Art. 4º, Inciso XVIII, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.4. Decididos os recursos, a autoridade superior do ORC fará a adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

14.0. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1. Concluído a fase competitiva, ordenada às propostas apresentadas, analisada a documentação de habilitação e observados os recursos porventura interpostos na forma da legislação vigente, o Pregoeiro emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Adjudicação e Homologação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2. A autoridade superior do ORC poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pelo Pregoeiro, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0. DO CONTRATO

15.1. Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o adjudicatário será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações na forma definida pela referida Lei.

15.2. Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3. É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor.

15.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

15.5. O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

16.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



16.1. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o licitante vencedor do certame, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a critério do ORC.

16.2. De conformidade com o Art. 86:

16.2.1. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor CONTRATADO, por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora licitado, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93.

16.3. Nos termos do Art. 87:

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor CONTRATADO;

16.3.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o ORC, por prazo de até 02 (dois) anos;

16.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir o ORC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior - 16.3.3.

16.4. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o CONTRATADO vier a fazer jus, acrescendo de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.5. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao CONTRATADO, e publicado na imprensa oficial - excluídas as penalidades de advertência e multa de mora -, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

16.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei 8.666/93, inclusive a responsabilidade da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

16.7. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Taperoá, na Secretaria Municipal de Finanças, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal.

16.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, devidamente justificado.

16.9. À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Taperoá e será descredenciado pelo período de 5 anos se credenciado for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas mais cominações legais.

16.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.11. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

17.0. DO RECEBIMENTO OU COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. O recebimento ou a comprovação de execução pelo ORC do objeto licitado, observadas suas características, se fará mediante recibo ou equivalente emitido por funcionário ou comissão específica devidamente designados, após a verificação da quantidade, qualidade e outros aspectos inerentes nos termos deste instrumento, das normas técnicas e legislação pertinentes, e conseqüente aceitação.

17.2. A Prefeitura Municipal de Taperoá, através da Secretaria de Controle Interno do Município, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, o que em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato;

17.3. O produto fornecido poderá ser submetido a exame, para fins de comprovação das normas da ABNT, bem como outros padrões de qualidade exigidos.

18.0. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira:



18.1.1. Em até 30 (trinta) dias da entrega dos produtos licitados mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada conforme disposto no subitem 17.1 deste edital;

18.1.2. Deverão estar incluídos nos preços, todos os demais serviços inerentes e não mencionados, para a perfeita execução dos serviços.

18.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3. Nenhum valor será pago ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

18.4. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao responsável pela Secretaria de Finanças e Planejamento do Município, que somente atestará a entrega dos bens adquiridos.

18.5. O pagamento só poderá ser realizado mediante parecer da Secretaria de Controle Interno do Município atestando o fiel cumprimento dos termos pactuados.

18.6. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável Secretaria de Finanças e Planejamento do Município, e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as devidas correções, precedido do devido atesto previsto no subitem anterior. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Taperoá.

19.0. DO REAJUSTAMENTO

19.1. Os preços CONTRATADOS são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

19.2. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do CONTRATADO.

20.0. DA VIGÊNCIA

20.1. A vigência da presente licitação será a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº. 8.666/93.

21.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

21.2. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

21.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.4. Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado, e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

21.5. Ocorrendo a supressão de serviços, se o CONTRATADO já houver adquirido os materiais e postos no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pelo ORC, pelo preço de aquisição regularmente comprovado, desde que sejam de boa qualidade e aceitos pela fiscalização.

21.6. Os preços unitários para a realização de novos serviços surgidos durante a execução do contrato, serão propostos pelo CONTRATADO e submetidos à apreciação do ORC. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas condições e cláusulas do contrato original.

21.7. O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução dos serviços, cientificando devidamente o CONTRATADO.

21.8. Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

21.9. Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.

21.10. Este instrumento convocatório e todos os seus elementos constitutivos estão disponibilizados em meio magnético, podendo ser obtidos junto ao Pregoeiro, observados os procedimentos definidos pelo ORC.

21.11. As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação do Pregoeiro, sendo facultada ao mesmo ou a

autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.12. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Taperoá.

Taperoá - PB, 18 de Fevereiro de 2014




HERICK FABRÍCIO LIMA TRAJANO
Pregoeiro Oficial

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS



I – OBJETIVO

O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.**

II – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM ADQUIRIDOS

Os bens a serem adquiridos, objetos desta licitação são combustíveis e óleos lubrificantes conforme especificações e correspondentes preços máximos estipulados para aquisição a seguir:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	OLEO MOTOR PARA VEICULO TIPO FIAT/UNO	UND	240	21,00	5.040,00
2	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO FIAT/UNO	UND	60	23,00	1.380,00
3	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO TIPO FIAT/UNO	UND	32	28,00	896,00
4	FILTRO DE AR	UND	32	28,00	896,00
5	OLEO DE FREIO PARA VEICULO TIPO FIAT/UNO	UND	24	18,00	432,00
6	OLEO MOTOR DIESEL PARA VEÍCULO CHEVROLET BLAZER	UND	40	28,00	1.120,00
7	FILTRO DE OLEO PARA VEÍCULO CHEVROLET BLAZER	UND	6	38,00	228,00
8	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEÍCULO CHEVROLET BLAZER	UND	4	58,00	232,00
9	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO CHEVROLET BLAZER	UND	4	78,00	312,00
10	OLEO DE FREIO DOT-3 PARA VEÍCULO CHEVROLET BLAZER	UND	8	17,00	136,00
11	ADITIVO DE RADIADOR PARA VEÍCULO CHEVROLET BLAZER	UND	6	35,00	210,00
12	OLEO MOTOR DIESEL PARA VEICULO TIPO CITROEN/JUMPER	UND	48	27,00	1.296,00
13	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO CITROEN/JUMPER	UND	8	67,00	536,00
14	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO TIPO CITROEN/JUMPER	UND	4	107,00	428,00
15	FILTRO DE AR PARA VEICULO TIPO CITROEN/JUMPER	UND	2	87,00	174,00
16	OLEO MOTOR DIESEL (GALÃO DE 20 LITROS)PARA VEICULO TIPO VW/ ONIBUS 15.190/COMIL	UND	40	305,00	12.200,00
17	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO VW/ ONIBUS 15.190/COMIL	UND	40	62,00	2.480,00
18	FILTRO LUBRIFICANTE PRIMARIO DIESEL PARA VEICULO TIPO VW/ ONIBUS 15.190/COMIL	UND	20	167,00	3.340,00
19	FILTRO LUBRIFICANTE SECUNDARIO DIESEL PARA VEICULO TIPO VW/ ONIBUS 15.190/COMIL	UND	20	92,00	1.840,00
20	FILTRO DE AR PARA VEICULO TIPO VW/ ONIBUS 15.190/COMIL	UND	20	169,00	3.380,00
21	OLEO DE CAIXA DE MARCHA (GALÃO DE 20 L) PARA VEICULO TIPO VW/ ONIBUS 15.190/COMIL	UND	8	310,00	2.480,00
22	OLEO MOTOR PARA VEICULO TIPO FIAT/DOBLÓ	UND	40	22,00	880,00
23	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO FIAT/DOBLÓ	UND	8	27,00	216,00
24	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO TIPO FIAT/DOBLÓ	UND	6	27,00	162,00
25	FILTRO DE AR PARA VEICULO TIPO FIAT/DOBLÓ	UND	4	42,00	168,00
26	OLEO MOTOR DIESEL (GALÃO DE 20 L) PARA VEICULO TIPO VW/MICRO ONIBUS VOLARE	UND	8	305,00	2.440,00
27	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO VW/MICRO ONIBUS VOLARE	UND	8	56,00	448,00
28	FILTRO LUBRIFICANTE DIESEL PRIMARIO PARA VEICULO TIPO VW/MICRO ONIBUS VOLARE	UND	4	154,00	616,00
29	FILTRO LUBRIFICANTE DIESEL SECUNDARIO PARA VEICULO TIPO VW/MICRO ONIBUS VOLARE	UND	4	81,00	324,00
30	FILTRO DE AR PARA VEICULO TIPO VW/MICRO ONIBUS VOLARE	UND	4	160,00	640,00
31	OLEO CAIXA DE MARCHA (GALÃO DE 20 L) PARA VEICULO TIPO VW/MICRO ONIBUS VOLARE	UND	2	310,00	620,00
32	OLEO MOTOR PARA VEICULO FIAT/SIENA	UND	40	21,00	840,00
33	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO FIAT/SIENA	UND	8	26,00	208,00
34	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO FIAT/SIENA	UND	6	26,00	156,00



35	FILTRO DE AR PARA VEICULO FIAT/SIENA	UND	4	41,00	164,00
36	OLEO DE FREIO PARA VEICULO FIAT/SIENA	UND	8	16,00	128,00
37	OLEO MOTOR PARA VEICULO TIPO GM/CHEVROLET ZAFIRA	UND	40	21,00	840,00
38	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO GM/CHEVROLET ZAFIRA	UND	8	26,00	208,00
39	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO TIPO GM/CHEVROLET ZAFIRA	UND	6	26,00	156,00
40	FILTRO DE AR PARA VEICULO TIPO GM/CHEVROLET ZAFIRA	UND	4	31,00	124,00
41	OLEO DE FREIO PARA VEICULO TIPO GM/CHEVROLET ZAFIRA	UND	8	16,00	128,00
42	OLEO MOTOR DIESEL PARA VEICULO TIPO FIAT/DUCATO	UND	48	25,00	1.200,00
43	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO FIAT/DUCATO	UND	8	65,00	520,00
44	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO TIPO FIAT/DUCATO	UND	4	105,00	420,00
45	FILTRO DE AR PARA VEICULO TIPO FIAT/DUCATO	UND	2	85,00	170,00
46	OLEO MOTOR DIESEL PARA VEICULO TIPO MERCEDES BENZ/ SPRINTER	UND	48	25,00	1.200,00
47	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO MERCEDES BENZ/ SPRINTER	UND	8	55,00	440,00
48	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO TIPO MERCEDES BENZ/ SPRINTER	UND	4	95,00	380,00
49	FILTRO DE AR PARA VEICULO TIPO MERCEDES BENZ/ SPRINTER	UND	2	115,00	230,00
50	ÓLEO MOTOR DIESEL PARA VEÍCULO TIPO RENAULT/ MASTER	UND	48	25,00	1.200,00
51	FILTRO DE ÓLEO PARA VEÍCULO TIPO RENAULT/ MASTER	UND	8	65,00	520,00
52	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO TIPO RENAULT/ MASTER	UND	4	105,00	420,00
53	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO TIPO RENAULT/ MASTER	UND	2	85,00	170,00
54	ÓLEO MOTOR PARA VEÍCULO TIPO PEUGEOT/PARTNER	UND	40	20,00	800,00
55	FILTRO DE ÓLEO PARA VEÍCULO TIPO PEUGEOT/PARTNER	UND	8	25,00	200,00
56	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO TIPO PEUGEOT/PARTNER	UND	6	25,00	150,00
57	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO TIPO PEUGEOT/PARTNER	UND	4	55,00	220,00
58	ÓLEO DE FREIO PARA VEÍCULO TIPO PEUGEOT/PARTNER	UND	8	15,00	120,00
59	ÓLEO MOTOR PARA VEÍCULO TIPO FORD/VERSAILLES	UND	40	20,00	800,00
60	FILTRO DE ÓLEO PARA VEÍCULO TIPO FORD/VERSAILLES	UND	8	25,00	200,00
61	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO TIPO FORD/VERSAILLES	UND	4	25,00	100,00
62	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO TIPO FORD/VERSAILLES	UND	4	40,00	160,00
63	ÓLEO DE FREIO PARA VEÍCULO TIPO FORD/VERSAILLES	UND	8	15,00	120,00
64	ÓLEO MOTOR PARA VEÍCULO TIPO VW/KOMBI	UND	40	21,00	840,00
65	FILTRO DE ÓLEO PARA VEÍCULO TIPO VW/KOMBI	UND	8	26,00	208,00
66	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO TIPO VW/KOMBI	UND	6	26,00	156,00
67	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO TIPO VW/KOMBI	UND	4	41,00	164,00
68	ÓLEO DE FREIO PARA VEÍCULO TIPO VW/KOMBI	UND	8	16,00	128,00
69	GASOLINA	LITRO	150000	3,10	465.000,00
70	DIESEL COMUM	LITRO	200000	2,65	530.000,00
71	ETANOL	LITRO	50000	2,69	134.500,00
72	DIESEL S10 ADITIVADO	LITRO	100000	2,82	282.000,00
73	ARLA 32 (SOLUÇÃO DE UREIA DE ALTA QUALIDADE E PUREZA - GALÕES DE 20L)	GALÃO	200	110,00	22.000,00
74	OLEO DE FREIO PARA VEÍCULO TIPO FIAT/DOBLÓ	UND	8	17,00	136,00
				Total	1.493.374,00

III – VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da presente contratação corresponde a importância de R\$ 1.493.374,00 (Um milhão, quatrocentos e noventa e três mil e trezentos e setenta e quatro reais).

IV – SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

Não será permitida, em hipótese nenhuma, a subcontratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, nem a participação de empresas em regime de consórcio.

V – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O fornecimento deverá ser feito diretamente na bomba do licitante vencedor mediante solicitação expedida por autoridade competente em formulário próprio da Prefeitura Municipal de Taperoá.

- a) A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do edital e seus anexos;
- b) O fornecimento de combustível, constante no Termo de Referência, será a qualquer hora do dia ou da noite, inclusive nos domingos e feriados, de forma a não interromper a capacidade operativa dos veículos da Prefeitura Municipal de Taperoá.



VI – QUALIDADE DOS PRODUTOS

As garantias relativas à qualidade dos produtos, à prevenção e à reparação de danos são aquelas indicadas pela Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do Consumidor), de modo especial o constante no Capítulo IV daquele diploma legal, prescrevendo em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto prevista na Seção II, Capítulo IV, do Código de defesa do Consumidor, ainda, obrigando-se a contratada a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os produtos que vierem a ser recusados pela contratante, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto do contrato.

VII – FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira:

- a) Em até 30 (trinta) dias da entrega dos produtos licitados mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada conforme disposto no subitem 17.1 deste edital;
- b) Deverão estar incluídos nos preços, todos os demais serviços inerentes e não mencionados, para a perfeita execução dos serviços.
- c) Nenhum valor será pago ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.
- d) A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao responsável pela Secretaria de Finanças e Planejamento do Município, que somente atestará a entrega dos bens adquiridos.
- e) O pagamento só poderá ser realizado mediante parecer da Secretaria de Controle Interno do Município atestando o fiel cumprimento dos termos pactuados e adequação ao disposto no ato convocatório.
- f) Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável Secretaria de Finanças e Planejamento do Município, e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as devidas correções, precedido do devido atesto previsto no subitem anterior. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Taperoá.

VII – HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

A habilitação e recebimento de propostas para o presente certame licitatório se darão nos termos previstos em legislação específica, em especial a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº004/2009, de 12 de fevereiro de 2009 e Lei Federal 8.666/93, conforme disposto nos itens 8 e 9 do instrumento convocatório.

VIII – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Havendo proposta com valor unitário manifestamente inexeqüível nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO:


- a) Executar devidamente o fornecimento ou serviços descritos na Cláusula correspondente do contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Taperoá, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contrato.
- c) Permitir e facilitar a fiscalização do CONTRATANTE devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- f) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

XIV – CONDIÇÕES GERAIS

- a) A Prefeitura Municipal de Taperoá poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizerem o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão;
- b) Fica garantido à Prefeitura Municipal de Taperoá, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte;
- c) Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transições
- d) Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente, junto a CPL das 08:00 as 11:30 horas.



Taperoá - PB, 18 de Fevereiro de 2014


HERICK FABRÍCIO LIMA TRAJANO
Pregoeiro Oficial

ANEXO II
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO



Taperoá - PB, _____ de _____ de 2014.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL n.º 0006/2014

Prezados Senhores,

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu procurador, Sr _____, em atendimento ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL n.º 0006/2014, vem perante V.S.^a credenciar o Sr. _____, RG _____, como representante qualificado, a participar de todos os atos relativos a referida licitação, inclusive com poderes expressos para apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 das Lei Federais 8666/93 e 10.520/02.

Atenciosamente,

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO
DE LICITANTE



À
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL n.º 0006/2014

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declara, ainda, o pleno cumprimento aos requisitos de habilitação constante do instrumento convocatório referente ao certame em referência.

.....
(data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO SUPERVENIENTE À HABILITAÇÃO, E DA NÃO EXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE EXARADA POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL n.º 0006/2014

DECLARAÇÃO

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, que atende a todos os requisitos de regularidade previstos no edital do Pregão Presencial nº 0006/2014, que até a presente data, não existe fato superveniente impeditivo de sua habilitação, em discrepância com os documentos ora apresentados com este fim e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da administração pública, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, não estando impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Taperoá, declara ainda, encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE



A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL n.º 0006/2014

Para fins do disposto no subitem 6.1 do Edital do Pregão Presencial n.º 0006/2014, declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar no 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

.....
(data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

ANEXO VI
MODELO DE CARTA PROPOSTA E PLANILHA DE PREÇOS



Taperoá - PB, _____ de _____ de 2014.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL n.º 0006/2014

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital referente ao Pregão Presencial nº 0006/2014 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para fornecimento de bens objetos da licitação em referência conforme planilha de preços que segue e se faz parte integrante desta proposta:

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTD	P.UNIT
1	OLEO MOTOR PARA VEICULO TIPO FIAT/UNO	UND	240	xxx
2	FILTRO DE OLEO PARA VEICULO TIPO FIAT/UNO	UND	60	xxx
...

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a entregar os bens a serem fornecidos no prazo máximo de ____ (____) dias, a contar da data de assinatura do Contrato e respectiva solicitação expedida por autoridade competente.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, __/__/__, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

**ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO**



Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Taperoá e _____, para fornecimento conforme objeto discriminado no presente instrumento.

Pelo presente instrumento particular, de um lado Prefeitura Municipal de Taperoá – Rua Ariano Suassuna, 363 - Centro - Taperoá - PB, CNPJ nº 08.749.525/0001-36, neste ato representada pelo Prefeito Jurandi Gouveia Farias, Brasileiro, Casado, Empresário, residente e domiciliado na Rua Presidente Eptácio Pessoa nº 213, - Centro - Taperoá - PB, CPF nº 759.414.064-87, Carteira de Identidade nº 1.535.675 SSP-PB, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado _____ CNPJ nº _____, com endereço a _____, neste ato representada por seu _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre de licitação modalidade Pregão Presencial nº 0006/2014, processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 004/2009, de 12 de Janeiro de 2009, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, conforme as especificações a seguir delineadas:

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX	X.XXX
2	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX	X.XXX
3	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX	...

I - O fornecimento e/ou prestação dos serviços deverão obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, na proposta apresentada, no instrumento convocatório do Pregão Presencial nº 0006/2014 e instruções do CONTRATANTE, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

I - O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ _____ (_____), referente ao valor dos itens XX e XX adjudicados em favor do CONTRATADO.

II - Nos valores acima estão incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, Leis sociais, mão de obra e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços CONTRATADOS são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

I - Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta das seguintes dotações, constates do orçamento vigente: Recursos Próprios do Município de Taperoá: 02.02 - GABINETE DO PREFEITO. 04.122.2001.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.08 - SECRETARIA DE

ADMINISTRAÇÃO. 04.123.2003.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO. 3090.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 09.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA. 15.452.2010.2031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 12.361.1003.2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.361.1003.2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.361.1003.2037 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40%. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 11.00 - SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL. 08.244.1008.2026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.243.1008.2033 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 11.010 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 08.244.1008.2027 - CO-FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DO SUAS. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.244.1008.2028 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA-PAIF/CRAS/PBF. 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.244.1008.2029 - MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS E SERVIÇOS SOCIAIS - 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.243.1008.2044 - MANUT. DO SERV.DE CONVIVÊNCIA E FORTAL.DE VÍNC. P/ JOVENS DO PROJOVEM-ADOLESCENTE - 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.243.0016.2057 - MANUT. DO SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORT.DE VÍNCULOS P/ CRIANÇAS/ADOLESCENTE DO PETI - 3390-30 - MATERIAL DE CONSUMO. 08.244.1008.2045 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA-IGD. 3390.90 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.00- SECRETARIA DE SAÚDE. 10.301.0017.2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.122.0017.2059 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 12.010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 10.301.1012.2024 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO SUS. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.301.1007.2025 - MANUTENÇÃO DO PSF. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.305.1012.2055 - MANUTENÇÃO DO ECD. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.304.1012.2056 - PROGRAMA DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 10.301.1012.2098 - PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA - PSE. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO. 13.00 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, CIÊNCIAS E TEC. E MEIO AMBIENTE. 20.122.1011.2035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA. 3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO, constantes do quadro da Lei Orçamentária do ano de 2013, suplementadas se necessário



CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte forma:

- a) Em até 30 (trinta) dias da entrega dos produtos licitados mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada conforme disposto no subitem 17.1 deste edital;
- b) Deverão estar incluídos nos preços, todos os demais serviços inerentes e não mencionados, para a perfeita execução dos serviços.
- c) O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
- d) Nenhum valor será pago ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.
- e) A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao responsável pela Secretaria de Finanças e Planejamento do Município, que somente atestará a entrega dos bens adquiridos.
- f) O pagamento só poderá ser realizado mediante parecer da Secretaria de Controle Interno do Município atestando o fiel cumprimento dos termos pactuados e adequação ao disposto no ato convocatório.
- g) Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável Secretaria de Finanças e Planejamento do Município, e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as devidas correções, precedido do devido atesto previsto no subitem anterior. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Taperoá.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA QUALIDADE DOS PRODUTOS

As garantias relativas à qualidade dos produtos, à prevenção e à reparação de danos são aquelas indicadas pela Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do Consumidor), de modo especial o constante no Capítulo IV daquele diploma legal, prescrevendo em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto prevista na Seção II, Capítulo IV, do Código de defesa do Consumidor, ainda, obrigando-se a contratada a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os bens que vierem a ser recusados pela contratante, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

A vigência da presente contratação será a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento ou prestação dos serviços efetivamente realizados de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b) Proporcionar ao CONTRATADO todos os meios necessários para o fiel fornecimento ou prestação dos serviços contratados;
- c) Notificar o CONTRATADO sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

São obrigações do CONTRATADO:

- a) Executar devidamente o fornecimento ou serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados, feito diretamente na bomba de seu estabelecimento, mediante solicitação expedida por autoridade competente em formulário próprio da Prefeitura Municipal de Taperoá.
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contrato;
- c) Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo CONTRATANTE, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do CONTRATANTE;
- f) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao CONTRATANTE os documentos necessários, sempre que solicitado;
- g) Fornecer o combustível contratado a qualquer hora do dia ou da noite, inclusive nos domingos e feriados, de forma a não interromper a capacidade operativa dos veículos da Prefeitura Municipal de Taperoá.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS RESPONSABILIDADES

O CONTRATADO será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos dos produtos fornecidos.

I - Correrão por conta do CONTRATADO as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.

II - Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro, de qualquer equívoco da proposta ou de má administração do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela CONTRATANTE ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta do CONTRATADO em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades a critério do CONTRATANTE:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora licitado;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor CONTRATADO pela inexecução total ou parcial deste contrato;
- d) Simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas nas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Taperoá-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.



Taperoá – PB, _____ de _____ de 2014.



PELA CONTRATANTE

Jurandi Gouveia Farias
Prefeito Municipal
759.414.064-87

PELO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
